

Veja como vai funcionar a operação do Estado nas rodovias que tinham praças de pedágio

Infraestrutura e Logística

Enviado por: geraldobubniak@secs.pr.gov.br

Postado em:26/11/2021 09:30

A Agência Estadual de Notícias preparou um guia para explicar como vão funcionar as operações nas rodovias federais e estaduais com o fim das concessões do Anel de Integração do Paraná.

A cobrança de pedágio nas rodovias do Paraná termina neste final de semana, com fim dos contratos com as concessionárias, assinados nos anos 1990. No hiato entre esse encerramento e a nova concessão, o Governo do Estado fará a manutenção das rodovias estaduais (enquanto o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes cuidará das rodovias federais) e está contratando um serviço de atendimento com guincho. Em paralelo, uma força-tarefa organizada pela administração estadual, com apoio das forças de segurança e de equipes de atendimento de saúde, vai trabalhar para garantir a segurança dos usuários e a trafegabilidade nas pistas. Para entender como vai ser esse novo momento, a Agência Estadual de Notícias preparou um guia para entender como vai funcionar esse período sem concessões no Paraná. As praças vão abrir as cancelas a partir de qual horário? Todos os contratos encerram no dia 27 de novembro? As cancelas estarão abertas a partir da meia-noite desta sexta, 26 de novembro, nos lotes 1, 2 e 3 (Econorte, Viapar e Ecocataratas), e a partir da meia-noite do dia 27 de novembro nos lotes 4, 5 e 6 (Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia). Porém, algumas obras contratadas não serão finalizadas dentro do prazo de vigência do contrato. Todas as medidas cabíveis e viáveis, no âmbito dos contratos e na esfera jurídica, estão sendo tomadas pelo DER e o Governo do Paraná, visando garantir o direito dos usuários e um encerramento com qualidade e transparência para os paranaenses. As empresas simplesmente vão embora? Não. Algumas empresas vão cumprir com os acordos já estabelecidos judicialmente, executando as obras não concluídas. O DER também está exigindo das empresas em cronograma de devolução dos bens, que ficarão para o Estado. Empresas contratadas pelo Governo do Estado também estão executando um levantamento patrimonial e uma auditoria de todo o período do Anel de Integração. Como vai ficar a manutenção das rodovias estaduais e federais? O Governo do Estado e o governo federal abriram licitações para os serviços rotineiros de conservação do pavimento (remendos superficiais e profundos, reperfilagem e microrrevestimento) e serviços de conservação da faixa de domínio (controle da vegetação próxima ao pavimento, limpeza e recomposição de elementos de drenagem, limpeza e recomposição da sinalização e dispositivos de segurança viária). O resultado final da licitação promovida para as rodovias estaduais foi divulgado no dia 18 de novembro. O valor total dos cinco lotes ficou em R\$ 93,5 milhões para a execução de serviços ao longo de 730 dias (dois anos), com a possibilidade de rescisão contratual, sem penalidade para as partes envolvidas, para os casos em que a conservação não será mais necessária com o início das novas concessões, devido à supressão dos serviços. Os serviços estão em fase de contratação, e em breve terão seus contratos assinados e serviços disponibilizados. Não será mesmo cobrado qualquer taxa para usar as rodovias? A partir do dia 28 de novembro de 2021 não será cobrado nenhuma taxa para os usuários que passarem nas praças de pedágio no Estado do Paraná. A partir da nova concessão, as tarifas serão muito mais baixas que as atuais. Como ficam os usuários de tags? Serão ressarcidos? O uso de tag é disponível para serviços de pagamento automático, podendo ser utilizado em pedágios e

estacionamentos. São serviços terceirizados por empresas intermediárias, não tendo relação direta com o encerramento das concessões. Em caso de dúvidas é necessário entrar em contato com as empresas para verificar a disponibilidade do ressarcimento ou outras formas de utilizar a tag disponível pela empresa contratada. Praças de pedágio que serão desativadas. Foto: SECC

Em caso de acidente ou emergência médica para quem devo ligar? O usuário deverá direcionar a chamada segundo sua ocorrência. Em caso de problemas na pista, motoristas que estiverem em rodovias federais (BR) podem ligar diretamente para o número 191, atendido pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Já os usuários que circularem pelas rodovias estaduais (PR e PRC) poderão discar 198, que direciona para a Polícia Rodoviária Estadual. Para casos de interrupção de pista e outras ocorrências, o recomendado é ligar para o 190, da Polícia Militar, que tem capilaridade para transferir as ocorrências para as instituições correspondentes. Em situações de acidentes com vítimas, o usuário deve ligar para o número 193, do Corpo de Bombeiros, tanto em rodovia federal quanto em rodovia estadual. Os atendimentos serão realizados em parceria com a rede de Samu. Vale lembrar que o usuário deve buscar um local seguro para fazer a ligação. As únicas rodovias que continuarão recebendo o atendimento da concessionária são as do Lote 1, cobertas pela Econorte. A exceção é consequência de um acordo firmado entre a empresa e o DER/PR. Com isso, a Econorte continuará realizando, nas rodovias que antes administrava, os serviços de guincho mecânico, de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar, mantendo o centro de controle de operações e telefone para emergências 0800. A medida terá validade por 365 dias, devendo atender a todo o intervalo entre concessões. Quem fará atendimento médico? Quantas ambulâncias farão o atendimento? O Corpo de Bombeiros e a Secretaria de Estado da Saúde sempre atuaram no atendimento pré-hospitalar das vítimas de acidentes rodoviários, com a mobilização das ambulâncias do Siate e do Samu, além de helicópteros. A rede está recebendo um reforço de 58 ambulâncias para atendimento prioritário das rodovias. São 38 do Samu (32 unidades de suporte básico e seis unidades de suporte avançado) e 16 do Siate. Haverá maior reforço nas regiões em que há mais registros de acidentes e maior fluxo de veículos. A partir de uma resolução da Secretaria de Estado da Saúde, o Estado vai repassar R\$ 2,77 milhões por mês aos municípios e consórcios municipais de saúde para a contratação do serviço. Já o efetivo do Corpo de Bombeiros foi ampliado, com mais de 500 bombeiros destacados para o suporte às rodovias. Com esse reforço, a cobertura da Rede de Atenção à Urgência passa para 95% do território paranaense. Além das 38 novas bases do Samu, o Siate também será reforçado com 14 novas bases. Como funcionará o serviço de guincho? Neste primeiro momento, de forma emergencial, a remoção dos veículos para desobstrução das pistas em casos de acidentes será feita pelos 94 guinchos da Polícia Militar. O DER/PR lançou um edital para contratação dos serviços de guincho leve e pesado, que estarão disponíveis em todas as rodovias do Anel de Integração pelo período de um ano. Quando a situação é de falha elétrica ou mecânica do veículo, a responsabilidade pela remoção será do usuário. A nova contratação terá serviços de guincho leve e pesado, para desobstrução de pista e remoção de veículos, e operações de atendimento mecânico, como troca de pneus, carga elétrica, entre outras. O edital prevê também a inspeção de tráfego, com equipes específicas para percorrer 100% da malha do Anel de Integração ao menos três vezes ao dia, verificando a necessidade de assistência aos usuários, inspecionando as pistas e participando ativamente na ocorrência de neblina, incêndios, acidentes e outras situações, providenciando sinalização de emergência, desvios de tráfego e demais apoios. Também serão realizados serviços de apoio ao Corpo de Bombeiros no combate a incêndios nas áreas próximas às rodovias, com fornecimento de caminhões pipa; e atendimento a incidentes com animais soltos nas pistas, com orientação aos usuários e a captura e transporte dos animais utilizando equipamento apropriado, como caminhão boiadeiro. Haverá atendimento para panes mecânicas, pneus furados, falta de gasolina? Não. Nestes casos, a responsabilidade será do usuário. A PRF está com uma campanha em suas redes sociais para orientar os motoristas sobre os procedimentos de sinalização para esses casos. Quem vai cuidar

do atendimento de animais? O Governo do Paraná tem uma rede de parcerias com Centros de Triagem e Atendimento aos Animais Silvestres (Cetas) e Centros de Atendimento aos Animais Silvestres (Cafs). São cinco espaços já em atuação e outros três em fase final de estruturação, em todo o Estado, que recebem recursos, mediante convênio, e auxiliam a proteger e cuidar da fauna. Com o fim dos contratos dos pedágios, o encaminhamento dos animais resgatados nas rodovias, trabalho que antes contava com apoio das concessionárias, será de responsabilidade do Estado e do governo federal. O Instituto Água e Terra e o Departamento de Estradas de Rodagem já contam com o apoio de outros órgãos para o resgate de animais, como prefeituras, o Batalhão de Polícia Ambiental-Força Verde e a Polícia Rodoviária Federal. A licitação que prevê a contratação de guinchos para o Anel de Integração, anunciada nesta quinta-feira, prevê também atendimento a animais soltos na pista. As empresas deverão providenciar a apreensão dos de pequeno e médio porte e orientação dos usuários. Não haverá prejuízo nesse atendimento. Com a saída das concessionárias, como fica a estrutura das praças de pedágio? Como será a manutenção e a segurança desses imóveis? As praças de pedágio ficarão desativadas até que o novo modelo de concessão seja implementado. Até lá, o patrulhamento dos locais será de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal para as estradas federais (BR) e da Polícia Militar para as estradas estaduais (PR). E como fica o fluxo do tráfego de veículos nas praças de pedágio? Ao transitar pelas praças de pedágio, os veículos não vão mais passar pelas cancelas das pistas centrais, e sim pelas suas laterais — desviando da infraestrutura do pedágio em si. As pistas centrais, onde ficam as cabines, terão o tráfego bloqueado em ambos os sentidos. Para isso, será instalada uma nova sinalização. A nova canalização de tráfego será implantada pelas concessionárias e operada pelas Polícia Rodoviária Federal e Polícia Rodoviária Estadual, articuladas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. A Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Rodoviária Federal terão um reforço no efetivo para realizar esses trabalhos? Haverá um reforço no efetivo tanto nas forças federais como nas estaduais. Na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, o efetivo contará com cerca de 700 oficiais a mais em regime de extrajornada. Os oficiais desta força-tarefa serão todos voluntários remunerados na escala da extrajornada, sem prejuízo ao policiamento ostensivo dos municípios. No caso da Polícia Rodoviária Federal, também está previsto o aumento de equipes, podendo chegar a uma ampliação de 100% do efetivo nos pontos mais críticos. Como ficam os equipamentos que serão entregues pelas concessionárias? Eles serão utilizados? Além das empresas contratadas para fazer esse levantamento detalhado, o Governo do Estado já iniciou o levantamento prévio dos equipamentos e veículos das concessionárias, que com o fim das concessões serão patrimônio do Estado. Entre os itens, estão veículos como ambulâncias e guinchos leves e pesados, que só poderão ser utilizados após o processo de inventário e inserção no patrimônio do Estado. O mesmo vai ocorrer com relação às câmeras de monitoramento nas praças. DER/PR e PRF vão assumir as praças e inventariar os equipamentos. Uma avaliação efetiva só pode ser realizada após o fim dos contratos. Como ficam as câmeras de segurança? A viabilização da operação das câmeras de segurança será avaliada após o trabalho de levantamento dos equipamentos das concessionárias e sua inserção no patrimônio do Estado. A expectativa é que o Dnit e a PRF possam assumir a operação das câmeras das rodovias federais, e que o DER/PR assumam o equipamento das rodovias estaduais. Tarifas de transporte intermunicipal terão preço reduzido com fim dos pedágios? Sim. Todas as linhas que cruzam praças de pedágio terão seu preço ajustado pelo DER/PR. No caso das linhas intermunicipais metropolitanas do Interior do Estado, o valor do pedágio é calculado em função do número de eixos do veículo e de passageiros transportados, estando incluso no valor da tarifa básica. O DER/PR está encaminhando às empresas as novas tabelas com os preços das passagens, descontado os custos com pedágios. No caso das linhas rodoviárias padrão, o valor não está embutido na tarifa básica cobrada, bastando as empresas deixarem de cobrar o valor do pedágio no ato da venda da passagem. Confira como foi a coletiva de imprensa de apresentação do planejamento: